

COMANDO
DA MADRUGADA

PM & BOMBEIROS
PARAIBA



EMMANOEL
THADEU

LEGISLAÇÃO EXTRAVAGANTE

LEGISLAÇÃO EXTRAVAGANTE



1. Acerca dos crimes hediondos, assinale a opção correta de acordo com a Lei n.º 8.072/1990.

A) A pena por crime hediondo deve ser cumprida integralmente em regime fechado.

B) Não há crime hediondo tentado.

C) A configuração do crime hediondo requer a presença de violência real.

D) Os crimes hediondos são inafiançáveis.

LEGISLAÇÃO EXTRAVAGANTE



2. A Lei nº 13.869/2019 definiu os crimes de abuso de autoridade, cometidos por agente público, servidor ou não, que, no exercício de suas funções ou a pretexto de exercê-las, abuse do poder que lhe tenha sido atribuído. Caso o agente seja reincidente na prática de crime previsto na referida lei, é possível que ele seja inabilitado para o exercício de cargo, mandato ou função pública pelo período de:

- A)** Até 30 (trinta) anos.
- B)** 1 (um) a 5 (cinco) anos.
- C)** 3 (três) a 15 (quinze) anos.
- D)** 4 (quatro) a 20 (vinte) anos.

LEGISLAÇÃO EXTRAVAGANTE



3. Em relação aos crimes de abuso de autoridade, assinale a opção correta.

A) A divergência na interpretação de lei ou na avaliação da prova configura abuso de autoridade.

B) São penas restritivas de direitos a prestação de serviços à comunidade ou a entidades públicas e a suspensão temporária e sem vencimentos do cargo, função ou mandato, as quais podem ser aplicadas de forma autônoma ou cumulativa.

LEGISLAÇÃO EXTRAVAGANTE

- C)** Apenas membros de Poderes podem ser sujeitos ativos de tais infrações penais, excluída a possibilidade da prática por procuradores municipais.

- D)** A ação penal nos crimes de abuso de autoridade é pública condicionada à representação.

- E)** A perda do cargo público e a inabilitação temporária para o exercício de função pública são efeitos automáticos da condenação.

LEGISLAÇÃO EXTRAVAGANTE



4. No que concerne à Lei n.º 9.455/1997 (Lei de Tortura), assinale a opção correta.

- A)** A condenação de servidor ou empregado público por crime de tortura acarretará a perda do seu cargo, da sua função ou do seu emprego público.
- B)** O crime de tortura é imprescritível.
- C)** A configuração do crime de tortura demanda conduta comissiva do agente.
- D)** A imposição de sofrimento físico é elemento essencial do crime de tortura.

LEGISLAÇÃO EXTRAVAGANTE

5. Considerando o crime de tortura, é correto afirmar que

A) se cometido por agente público, não configura crime dessa natureza.

B) deve ter sido cometido em território nacional para aplicação da lei pátria.

LEGISLAÇÃO EXTRAVAGANTE

- C)** é inafiançável e insuscetível de graça ou anistia.
- D)** se resulta morte, constitui crime de homicídio.
- E)** sua configuração não abrange a figura por omissão.

LEGISLAÇÃO EXTRAVAGANTE

6. Tendo em conta os crimes previstos do Estatuto do Desarmamento, assinale a alternativa correta.

A) Deixar de observar as cautelas necessárias para impedir que pessoa sem a necessária aptidão se apodere de arma de fogo que esteja sob sua posse ou seja de sua propriedade configura o crime de omissão de cautela.

B) Transportar arma de fogo, de uso permitido, sem autorização e em desacordo com determinação legal, configura o crime de posse de arma de fogo de uso permitido.

LEGISLAÇÃO EXTRAVAGANTE

- C)** A pena do crime de comércio ilegal de arma de fogo é aumentada da metade se a arma de fogo é de uso restrito.

- D)** Há previsão de aumento da pena, da metade, se o agente for reincidente.

LEGISLAÇÃO EXTRAVAGANTE



7. Ronaldo possui, dentro de sua residência, duas armas de fogo, sendo uma de calibre permitido e uma de calibre proibido. Visando praticar tiros ao alvo, Ronaldo vai à zona rural e leva sua arma de calibre de uso proibido para atirar em garrafas de vidro. Antes de chegar ao local, Ronaldo é interceptado em uma blitz policial e tem sua arma apreendida, bem como é preso em flagrante. Munida de mandado judicial, a Polícia de Goiás faz uma busca na residência de Ronaldo e apreende a arma de fogo de uso permitido que lá estava. Nenhuma das armas possuía autorização administrativa ou registro regulamentar. Considerando a situação exposta, é correto afirmar que Ronaldo será denunciado por

A) disparo de arma de fogo e posse irregular de arma de fogo de uso permitido.

LEGISLAÇÃO EXTRAVAGANTE



- B)** posse irregular de arma de fogo de uso permitido e porte ilegal de arma de fogo de uso proibido.

- C)** omissão de cautela e posse irregular de arma de fogo de uso proibido.

- D)** porte irregular de arma de fogo de uso permitido e porte irregular de arma de fogo de uso restrito.

- E)** posse irregular de arma de fogo de uso permitido e porte ilegal de arma de fogo de uso restrito.

LEGISLAÇÃO EXTRAVAGANTE



8. Conforme a Lei Maria da Penha, caracteriza forma específica de violência doméstica e familiar contra a mulher

A) a retenção de seus documentos pessoais, o que constitui violência patrimonial.

B) conduta que impeça de usar método contraceptivo, o que constitui violência moral.

LEGISLAÇÃO EXTRAVAGANTE

C) a destruição de seus objetos e instrumentos de trabalho, o que constitui violência física.

D) conduta que limite o exercício de seus direitos sexuais, o que constitui violência psicológica.

E) conduta que a faça participar de relação sexual não desejada, mediante intimidação ou ameaça, o que constitui violência moral.

ESTATUTO DA CRIANÇA

9. Assinale a alternativa que apresenta modalidades de medidas de proteção aplicáveis à criança, em conformidade com o previsto na Lei nº 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente).

A)Obrigação de reparar o dano e advertência

B)Acolhimento institucional e colocação em família substituta

C)Liberdade assistida e internação em estabelecimento educacional

D)Prestação de serviços à comunidade e matrícula e frequência obrigatórias em estabelecimento oficial de ensino fundamental

E)Inserção em regime de semi-liberdade e encaminhamento aos pais ou responsável, mediante termo de responsabilidade

ESTATUTO DA CRIANÇA



LETRA A- . Trata-se de medida socioeducativa, nos termos do art. 112, I e II, do ECA.

LETRA B . De fato, são medidas de proteção, expostas no art. 101, VII e IX, do ECA.

LETRA C. Trata-se de medida socioeducativa, nos termos do art. 112, IV e VI, do ECA.

CRIMES HEDIONDOS

10.No que se refere à Lei dos Crimes Hediondos, assinale a alternativa incorreta.

A)Os crimes hediondos, a prática da tortura, o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins e o terrorismo são insuscetíveis de anistia, graça e indulto

B)A pena por crime hediondo deve ser cumprida inicialmente em regime fechado

CRIMES HEDIONDOS

- C)** A prisão temporária, nos crimes hediondos, possui o prazo de 30 (trinta) dias, prorrogável por igual período em caso de extrema e comprovada necessidade
- D)** Em caso de sentença condenatória, o juiz deverá decidir fundamentadamente se o réu poderá apelar em liberdade
- E)** Apresenta-se como crime hediondo o delito de associação criminosa

MARIA DA PENHA

11. Lei Maria da Penha e o Estatuto do Idoso constituem importantes instrumentos normativos, que garantem a proteção e os direitos de mulheres e idosos, respectivamente. Considerando essa informação, julgue o item.

O juiz assegurará à mulher em situação de violência doméstica e familiar, para preservar sua integridade física e psicológica, a manutenção do vínculo trabalhista, quando for necessário o afastamento do local de trabalho, por até seis meses.

CERTO () ERRADO ()

TORTURA

12. Assinale a alternativa que descreve corretamente um dos tipos penais classificados como crimes de tortura.

A) Constranger alguém com emprego de violência ou grave ameaça, causando-lhe sofrimento físico ou mental em razão de discriminação sexual ou ideológica.

B) Ofender a integridade corporal ou a saúde de outrem, resultando em perda ou inutilização do membro, sentido ou função.

TORTURA

- C)** Constranger alguém, mediante violência ou grave ameaça, ou depois de lhe haver reduzido, por qualquer outro meio, a capacidade de resistência, a não fazer o que a lei permite ou a fazer o que ela não manda.
- D)** Submeter pessoa presa ou sujeita a medida de segurança a sofrimento físico ou mental, por intermédio da prática de ato não previsto em lei ou não resultante de medida legal.
- E)** Constranger alguém, mediante violência ou grave ameaça, com o intuito de obter para si ou para outrem indevida vantagem econômica, a fazer, tolerar que se faça ou deixar de fazer alguma coisa.

LEGISLAÇÃO EXTRAVAGANTE



13. Considere as normas da Lei Federal nº 8.069, de 13/07/1990, para assinalar a alternativa correta sobre remissão.

A) Em qualquer momento do procedimento judicial para apuração de ato infracional, o representante do Ministério Público poderá conceder a remissão, como forma de exclusão do processo, atendendo às circunstâncias e consequências do fato, ao contexto social, bem como à personalidade do adolescente e sua maior ou menor participação no ato infracional

B) A remissão não implica necessariamente o reconhecimento ou a comprovação da responsabilidade, nem prevalece para efeito de antecedentes, podendo incluir eventualmente a aplicação de qualquer das medidas previstas em lei, exceto a colocação em regime de semi-liberdade e a internação

LEGISLAÇÃO EXTRAVAGANTE



- C)** A remissão não implica necessariamente o reconhecimento ou a comprovação da responsabilidade, nem prevalece para efeito de antecedentes, podendo incluir eventualmente a aplicação de qualquer das medidas previstas em lei, exceto a colocação em regime de semi-liberdade
- D)** A medida aplicada por força da remissão só poderá ser revista judicialmente mediante pedido expresso do Ministério Público
- E)** A medida aplicada por força da remissão só poderá ser revista judicialmente mediante pedido expresso do Adolescente ou de seu Representante

LEGISLAÇÃO EXTRAVAGANTE

Art. 126. Antes de iniciado o procedimento judicial para apuração de ato infracional, o representante do Ministério Público poderá conceder a remissão, como forma de exclusão do processo, atendendo às circunstâncias e consequências do fato, ao contexto social, bem como à personalidade do adolescente e sua maior ou menor participação no ato infracional.

Parágrafo único. Iniciado o procedimento, a concessão da remissão pela autoridade judiciária importará na suspensão ou extinção do processo.

Art. 127. A **remissão** não implica necessariamente o reconhecimento ou comprovação da responsabilidade, nem prevalece para efeito de antecedentes, *podendo incluir eventualmente a aplicação de qualquer das medidas previstas em lei, exceto a colocação em regime de semiliberdade e a internação.*

LEGISLAÇÃO EXTRAVAGANTE

14. Considerando as normas da Lei Federal nº 8.069, de 13/07/1990, assinale a alternativa correta sobre como é considerada a conduta descrita como crime se praticada por criança ou adolescente.

- A)** Crime de menor potencial ofensivo
- B)** Contravenção penal
- C)** Ato infracional
- D)** Crime hediondo
- E)** Crime inimputável

LEGISLAÇÃO EXTRAVAGANTE



15.A respeito da assistência à mulher em situação de violência doméstica e família na Lei Maria da Penha, Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, assinale a alternativa correta.

A)No atendimento à mulher em situação de violência doméstica e familiar, a autoridade policial só poderá acompanhar a ofendida para assegurar a retirada de seus pertences do local da ocorrência ou do domicílio familiar mediante ordem judicial

B)Nos casos de violência doméstica e familiar contra a mulher, o pedido da ofendida será tomado a termo pela autoridade policial, mas não constará informação sobre a condição de a ofendida ser pessoa com deficiência e se da violência sofrida resultou deficiência ou agravamento de deficiência preexistente, para preservar a intimidade da vítima

LEGISLAÇÃO EXTRAVAGANTE



C) A autoridade policial poderá requisitar os serviços públicos necessários à defesa da mulher em situação de violência doméstica e familiar e de seus dependentes

D) Verificada a existência de risco atual ou iminente à vida ou à integridade física ou psicológica da mulher em situação de violência doméstica e familiar, ou de seus dependentes, apenas a autoridade judicial poderá determinar que o agressor seja imediatamente afastado do lar, domicílio ou local de convivência com a ofendida

E) Será concedida liberdade provisória ao preso, ainda que presente risco à integridade física da ofendida ou à efetividade da medida protetiva de urgência

LEGISLAÇÃO EXTRAVAGANTE



Art. 12-C. Verificada a existência de risco atual ou iminente à vida ou à integridade física ou psicológica da mulher em situação de violência doméstica e familiar, ou de seus dependentes, o agressor será **IMEDIATAMENTE** afastado do lar, domicílio ou local de convivência com a ofendida:

COMANDO DA MADRUGADA

PM & BOMBEIROS
PARAIBA



EMMANOEL
THADEU

LEGISLAÇÃO EXTRAVAGANTE